

Capítulo 9 Em Síntese

Povos da Amazônia e Colonização Europeia
(Séculos 16 – 18)



Indígenas Kanamari durante trabalho na roça da aldeia Massapé (Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real)



THE AMAZON WE WANT
Science Panel for the Amazon

Povos da Amazônia e Colonização Europeia (Séculos 16 – 18)

Nicolás Cuvi^a, Anna Guiteras Mombiola^b, Zulema Lehm Ardaya^c

Mensagens Principais

- 1) Muitas características da Amazônia, como seu nome e alguns mitos recorrentes, foram forjadas desde os séculos 16 ao 18. Durante esse período, a Amazônia foi caracterizada como uma região rica (ex.: em metais, medicamentos e materiais), periférica, distante, perigosa, algumas vezes desocupada (como resultado da falta de população) e um espaço cativo para transmissão de conhecimento. Essas características ainda persistem.
- 2) Noções coloniais como aquelas baseadas na dualidade entre “civilização” e “barbárie” tiveram grande influência sobre as relações políticas e sociais nos centros político-administrativos dos reinos e das repúblicas, bem como entre povos Indígenas e não Indígenas. Essas dicotomias aparecem com frequência nas atuais políticas e propostas de desenvolvimento da região.
- 3) O desenvolvimento de “divisas”, “limites” e “fronteiras” também tem sido recorrente entre os reinos europeus e os Estados herdeiros das colônias espanholas, portuguesas, holandesas, inglesas ou francesas; entre as montanhas e as planícies; ou entre os povos Indígenas. Essas fronteiras ignoram as antigas e atuais dinâmicas de intensos intercâmbios, como aqueles entre a Amazônia e o litoral e as montanhas dos Andes.
- 4) A relação entre povos Indígenas e conquistadores ou colonizadores europeus foi, muitas vezes, violenta. As relações interétnicas foram alteradas, enquanto instituições escravocratas e coloniais, como a *encomienda*, foram impostas para controlar tanto o espaço quanto os povos Indígenas. As relações entre nativos e conquistadores eram tensas e a expansão do controle militar e religioso enfrentou, muitas vezes, a resistência Indígena. Muitos povos amazônicos submetidos às vilas

das missões passaram por processos de etnogêneses que resultaram em novas identidades, com elementos tanto tradicionais quanto missionários e aumentando a diferenciação entre povos considerados “civilizados” e outros considerados “bárbaros”.

- 5) A introdução de tecnologias, como ferramentas de ferro, criou tanto novas relações quanto tensões entre os povos Indígenas, e entre esses últimos e os colonizadores.
- 6) Várias das atuais cidades na Amazônia estão localizadas em áreas ocupadas pelos povos Indígenas, enquanto outras foram construídas em novas áreas.

Recomendações

- 1) O racismo histórico, as ideias deterministas de “civilização” e “barbárie” e as relações violentas e de exploração resultaram em desequilíbrios de poder na região. Esses desequilíbrios, especialmente relacionados ao duradouro legado do colonialismo, levaram à apropriação da natureza e dos povos da Amazônia; romper esse legado histórico é o único caminho para a transformação da região e de seus povos. As políticas para o atual sistema social e ecológico exigem uma observância crucial e permanente para evitar a perpetuação de mitos e estereótipos antigos.
- 2) Os estados, instituições e povos da Amazônia devem evitar a criação permanente de “divisas” entre as políticas dos estados, entre os espaços e/ou atividades consideradas mais ou menos “civilizadas” (por exemplo, entre centros urbanos e assentamentos mais dispersos nas florestas e savanas), entre agricultura (considerada uma atividade civilizada) e outras atividades (como a

^a Nicolás Cuvi, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede Ecuador, Departamento de Antropología, Historia y Humanidades, La Pradera e7 174 y Diego de Almagro, Quito, Ecuador, ncuvi@flacso.edu.ec

^b Anna Guiteras Mombiola, Pompeu Fabra University, Ramon Trias Fargas, 25-27, 08005 Barcelona, Spain, anna.guiteras@upf.edu, anna.guiteras@gmail.com

^c Zulema Lehm Ardaya, Programa Andes Amazonia Orinoquia Wildlife Conservation Society, Urbanización Los Tocos, Costanera # 480, Trinidad, Beni, Bolivia zlehm@wcs.org

caça) conduzidas pelos povos Indígenas e comunidades locais, e entre a Amazônia e os Andes.

- 3) Os povos Indígenas da Amazônia e dos Andes tiveram relações permanentemente tensas com os reinos coloniais. A superação dessas tensões, que em muitos casos duram até hoje, exige a construção de relações de respeito que abordem as necessidades das populações locais, evitando a imposição de agendas de atores externos que poderiam, como no passado, gerar conflitos, espoliações, perdas, extermínios e outras consequências negativas.
- 4) É necessário garantir que o conhecimento atual e as informações sobre o território sejam usadas pelas populações da Amazônia e para o seu bem-estar, evitando novas apropriações violentas e inadequadas por atores internos e externos.
- 5) É necessária uma pesquisa mais exaustiva sobre a história colonial da Amazônia, especialmente durante o século 16.

Resumo Este capítulo cobre a história da Amazônia entre os séculos 16 e 18, inclusive os mitos originados naquela época e que continuam até o presente, influenciando as relações políticas e sociais. Também destaca os principais atores envolvidos nesse processo e suas narrativas. Finalmente, demonstra como a extração de recursos naturais tem sido acompanhada pela submissão e exploração da força de trabalho e pelo desenvolvimento de múltiplas formas de dominação e extermínio, especialmente dos povos Indígenas, desde a era da conquista europeia.

Introdução Este capítulo apresenta as tendências culturais, sociais, econômicas e ideológicas durante a época da conquista e colonização, muitas das quais perduram até os dias de hoje. Aborda as expedições que navegaram pelo grande Rio Amazonas e sua bacia, as rupturas e reconfigurações das relações entre os Andes e a Amazônia, e a busca por lugares místicos e pelo conhecimento. Aborda, também, os impactos culturais e demográficos sobre as populações Indígenas, o estabelecimento de cidades, assentamentos e instituições do regime colonial, das missões religiosas e das resistências e revoltas Indígenas. Por fim, mas não menos

importante, a demarcação das fronteiras entre a Amazônia brasileira e o que chamamos de Amazônia andina.

Chegada dos conquistadores espanhóis e portugueses e origem do nome Amazônia A Amazônia deve seu nome à Gaspar de Carvajal que chamou a região de “Amazonas” em narrativas de 1541 e 1542. Na América, as primeiras crônicas da conquista correspondem a um gênero de narrativa que “é parte história, parte ficção e parte descrição da geografia e natureza. [...] Nessa narrativa, o cronista é testemunha ou participante dos eventos que descreve”¹. A leitura das crônicas do século 16 exige um entendimento da subjetividade dos conquistadores. Suas narrativas sugerem os interesses e expectativas culturais que trouxeram da Europa, inclusive a busca por especiarias valiosas do Extremo Oriente e do País da Canela; mitos Indígenas sobre o El Dorado, El Paitite, El Enim ou El Gran Mojo; e histórias que interpretam o que eles viam baseadas na mitologia grega.

Relações milenares e contemporâneas entre os Andes e a Amazônia Os Andes e a Amazônia construíram diversos vínculos ao longo do tempo. Há crescente evidência de que essa suposta divisão, devido a questões geográficas, climáticas, culturais e de paisagem, constitui um mito². Bem antes da conquista espanhola, os povos Indígenas, que habitavam a área chamada de “piemonte” ou contraforte, foram fundamentais nessa conexão. Eles foram os intermediários entre as montanhas e as planícies florestais, reunindo e organizando produtos como pimenta, folhas de coca, batatas e milho. Esses povos “articuladores” conectaram o conhecimento, os mitos e os produtos desses territórios imensos.

Com as conquistas e os processos subsequentes de despovoamento e resistência Indígena, parte dessa conectividade foi perdida. Uma fronteira imaginária foi criada entre “civilização” e “selvageria” ou “barbárie”. Por exemplo, as fronteiras administrativas que chegavam até as chamadas divisas do leste foram estabelecidas para cidades e províncias, apesar de que, na prática, essas divisas imaginárias eram altamente permeáveis. Durante a



Figura 9.1 Acordos de fronteiras entre Espanha e Portugal. Fonte: Roux 2001³.

época da conquista, produtos como folhas de coca, essenciais para as operações de mineração, eram abundantes de leste a oeste.

Mais explorações da Amazônia As primeiras explorações feitas pelos europeus na Amazônia, a maioria das quais contou com o apoio dos povos Indígenas,

foram motivadas por ganância e curiosidade. Os primeiros séculos de conquista e colonização testemunharam incursões de exploradores travestidos de soldados, missionários, cientistas ou aventureiros “empreendedores”, tais como os bandeirantes. Suas motivações incluíam o controle e posse do território; apropriação de ouro, animais ou plantas, contato com as populações locais, estabelecimento de assentamentos e a escravidão. Ao longo do tempo, as explorações missionárias e científicas motivadas pela cartografia, geografia, história natural e etnografia aumentaram, patrocinadas ou endossadas por interesses comerciais. Todas essas motivações continuam ainda hoje; por exemplo, na prospecção de petróleo e minérios, bioprospecção de plantas biomedicinais, ou pesquisa sobre ecologia, biologia, hidrografia, mudanças climáticas e etnografia.

Conflitos entre os Reinos de Espanha e Portugal

No século 16, a ocupação da Amazônia recebeu amplo apoio da coroa portuguesa, enquanto os espanhóis governavam como se a fronteira tropical não existisse⁵ e não consolidaram uma presença permanente. Entre 1580 e 1640, os portugueses exploraram a união dinástica das duas coroas ibéricas para impulsionar suas conquistas em direção ao Oeste⁶. Esses avanços tornaram-se parte de um projeto militar, religioso e administrativo no vasto interior da bacia que estabeleceu “as bases para a integração e efetiva colonização do imenso território amazônico”⁷. Esse evento resultou na disseminação dos idiomas português e espanhol nos territórios que seriam gradualmente ocupados pelos agentes desses dois reinos. A ausência de uma divisa reconhecida beneficiou a persistência dos avanços portugueses em direção ao território espanhol, inclusive ao avançar pela fronteira agrícola por meio da captura de povos indígenas como mão-de-obra. Significativas iniciativas de delimitação conduzidas no século 18 foram amplamente responsáveis pela atual configuração da Amazônia, e eram estabelecidas “delimitando e criando uma fronteira imperial que não existia até então e dando forma ao que é conhecido como a Amazônia andina, ou Alto Amazônia, e a Amazônia brasileira”⁸.

Queda demográfica: Impacto da conquista e colonização sobre as populações indígenas

Dois grandes períodos marcam as análises demográficas da colonização: em primeiro lugar, a chegada dos conquistadores, cujas referências são qualitativas e não muito precisas e, em segundo lugar, o período colonial, com dados baseados principalmente em registros mais detalhados das missões, mas muito limitados à área física das missões.

A análise das fontes históricas do período colonial corrobora amplamente a narrativa desse colapso demográfico. Essas fontes indicam que os principais fatores foram as doenças trazidas pelos europeus, contra as quais os povos indígenas não tinham defesa, a concentração da população em centros das missões, o que facilitava o contágio das doenças, e a captura de povos indígenas que eram então submetidos a condições precárias de vida e de trabalho nos centros urbanos.

Estabelecimento de populações europeias na Amazônia

Desde o século 16, os europeus chegaram na Amazônia para explorar seus recursos naturais, minerais e humanos, estabelecer centros urbanos e ocupar seus territórios e evangelizar seus habitantes em nome da unidade da fé cristã⁹.

Os assentamentos urbanos (em cidades, vilas, fortificações e missões) foram parte da estratégia da ocupação colonial e do controle territorial nas Américas¹⁰. Na Amazônia, a intrincada paisagem natural, a propagação de doenças, a resistência indígena e a falta de riqueza mineral dificultaram o estabelecimento de centros urbanos. As incursões pela Amazônia tiveram um forte impacto nas sociedades nativas, à medida que causaram o desaparecimento de muitos grupos, bem como desarticulações étnicas e regionais. Os povos que mais sofreram com a presença europeia foram aqueles que habitavam as principais rotas de acesso à Amazônia.

Jesuítas, franciscanos e outras ordens religiosas

A primeira onda de missões na Amazônia ocorreu por volta de 1630. Dominicanos, agostinianos, capuchinos, carmelitas, franciscanos e jesuítas

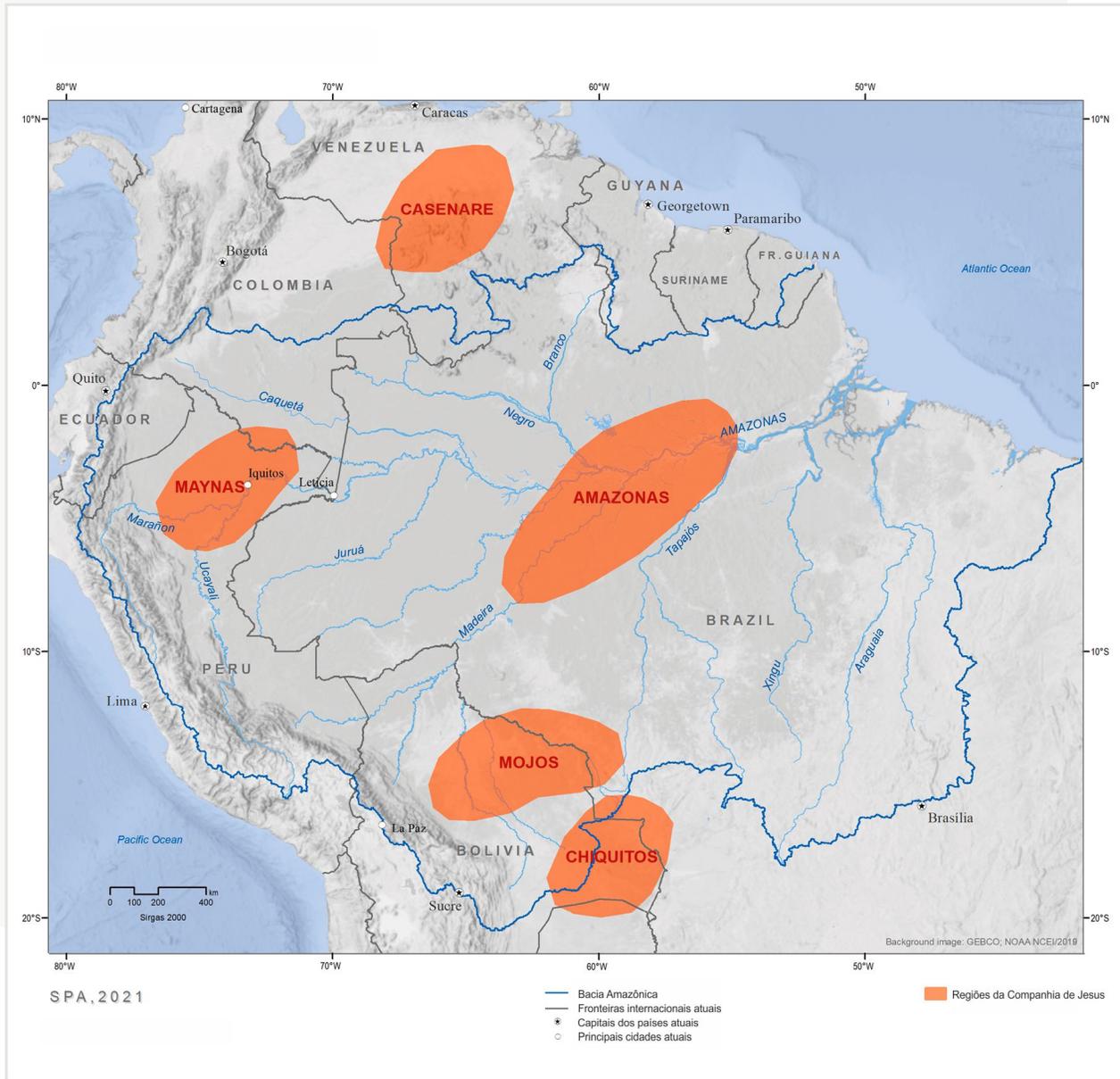


Figure 9.2 Jesuits in the Amazon. Source: Based on Livi Bacci 2010⁴.

avançaram em direção à Bacia Amazônica a partir dos Andes ou do litoral atlântico. Entretanto, foram essas três últimas ordens que tiveram maior presença na região¹¹.

O objetivo dos missionários era a cristianização e europeização dos grupos indígenas da Amazônia, que eram considerados cultural e tecnologicamente inferiores. Sua falta de residência estável e permanente, sua ignorância da fé cristã e sua suposta au-

sência de disciplina, ordem e normas de comportamento, tanto individual quanto coletiva, foram atribuídos como sinais de “barbárie”, o que justificava as intervenções missionárias^{12,13}.

A organização das vilas missionárias na Amazônia levou à fragmentação territorial e demográfica dos grupos Indígenas, que abandonaram suas terras tradicionais para viver sob uma nova ordem social, econômica e política, dando forma a novas identidades dentro dos centros missionários. Paralelamente a esse claro processo de desculturação, ocorreu também um curso de etnogênese, impulsionado tanto pelos missionários, que impuseram instituições, conhecimentos e hábitos aos povos Indígenas, quanto pelos próprios povos Indígenas, que adotaram e se apropriaram das novas normas para atender a seus interesses, dando origem à chamada “cultura missionária” ou “memória missionária”^{14,15}. A experiência missionária desses povos Indígenas levou os agentes coloniais, e mais tarde os republicanos, a considerar mais próximos da “civilização”, os grupos que viviam dentro da estrutura política do estado, enquanto que os grupos que viviam de forma autônoma continuavam a ser vistos como hostis, bárbaros e selvagens.

Secularização das missões No final da metade do século 18, as monarquias hispânicas e lusitanas implementaram uma política reformista visando a fortalecer seus respectivos estados por meio da modernização da economia, sociedade e do aparelho administrativo tanto da península ibérica quanto das Américas. A secularização das missões buscava a integração dos povos Indígenas em um sistema socioeconômico mais amplo, considerando sua submissão ao estado de direito, incluindo a tributação, participação no mercado de trabalho e no comércio regional, e seu contato e integração à sociedade colonial.

Essas duas monarquias entendiam que a exposição diária à vida colonial era o caminho perfeito para o processo de aculturação. Isso foi especialmente enfatizado no lado português, cujo objetivo não era outro senão o “aportuguesamento” da Amazônia. O português foi imposto como idioma principal entre

a população Indígena, o que era considerado fundamental para a civilização^{16,17}.

Resistência Indígena à conquista e colonização As diferentes formas de dominação colonial foram combatidas pelas diferentes formas de resistência dos povos Indígenas, que mudavam de acordo com os estágios de conquista e colonização. Nos primeiros estágios ou no período do primeiro contato, os povos Indígenas desencorajavam a colonização ao queimarem seus próprios vilarejos, deixando numerosas expedições europeias sem comida, bem como abertamente perseguindo e atacando os europeus. Pouco depois, durante um segundo período, os povos Indígenas resistiram a tentativas de estabelecer uma “fronteira de civilização” e a construção de cidades na Amazônia ao atacar e destruir assentamentos, incluindo as *encomiendas*, cidades e vilarejos das missões. Na segunda metade do século 18, um terceiro período envolveu tentativas de delinear os reinos de Portugal e Espanha, especialmente no primeiro caso, e representou o esforço mais intenso de estabelecer um governo colonial na Amazônia.

Embora os povos Indígenas tenham sofrido a devastação da conquista e colonização, muitos deles conseguiram sobreviver. As formas de dominação colonial continuam até os dias de hoje e os povos Indígenas tiveram que criar formas de resistência abertas ou clandestinas. A história tem chamado atenção à necessidade dos Estados e sociedades de nações de restabelecerem relações com os povos Indígenas em bases que ultrapassem a herança colonial e o valor de suas contribuições para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Conclusões A conquista e colonização europeia da Amazônia transformou o território, afetando principalmente seus povos ancestrais. A presença dos reinos da Espanha e Portugal, mas também, apesar de marginalmente, da França, Holanda e Inglaterra, reconfiguraram a região em termos políticos, administrativos, jurisdicionais, econômicos, jurídicos, linguísticos, sociais e culturais. Desde o início, o território amazônico foi visto pelos europeus como um espaço de riquezas inesgotáveis prontas para serem extraídas. As relações entre os europeus e os povos

indígenas foram fundadas na dicotomia “civilização-barbárie”, bem como na presença (ou ausência) de certas formas de cultura, tanto urbanas quanto rurais. A presença europeia na Amazônia introduziu uma série de ideias e práticas coloniais que persistem até hoje.

References

1. Carrillo, F. *Cartas y cronistas del descubrimiento y la conquista*. vol. 2 (Editorial Horizonte, 1987).
2. Pearce, A. J., Beresford-Jones, D. G. & Heggarty, P. *Rethinking the Andes--Amazonia Divide: A cross-disciplinary exploration*. (UCL Press, 2020).
3. Roux, J. C. De los límites a la frontera: o los malentendidos de la geopolítica Amazónica. *Rev. Indias* 513–539 (2001)
4. Livi Bacci, M. *El Dorado in the marshes. Gold, Slaves, and Souls between the Andes and the Amazon*. (Cambridge, Polity, 2010).
5. Lucena, M. *Ilustrados y bárbaros. Diarios de límites al Amazonas (1782)*. (Alianza Editorial, 1991).
6. Hemming, J. *Red gold: the conquest of the Brazilian Indians*. (Harvard University Press, 1978).
7. Santos Pérez, J. M. La conquista y colonización de Maranhão-Grão Pará: el gran proyecto de la Monarquía Hispánica para la Amazonia brasileña (1580-1640). *Rev. Estud. Bras.* 6, 33 (2019).
8. Zárate, C. G. Ciudades pares en la frontera amazónica colonial y republicana. in *Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia* 21–44 (Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazonico de Investigaciones, 2012).
9. García, J. P. La construcción del espacio amazónico. Una perspectiva histórica de la ocupación de la Amazonía. in *Medio ambiente y desarrollo en América Latina* (eds. Navarro, G. J. & Díaz, del O. F.) 43–77 (Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos-CSIC, 1999).
10. De Alencar Guzmán, D. La primera urbanización de los abunás, mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la amazonía, siglos XVII y XVIII. *Bol. Am.* 53–73 (2017) doi:10.1344/BA2017.75.1004.
11. Sweet, D. The Ibero-American frontier mission in native American history. in *The new Latin American mission history* (eds. Langer, E. & Jackson, R.) 1–48 (University of Nebraska Press, 1995).
12. Boccara, G. Antropología política en los márgenes del Nuevo Mundo. Categorías coloniales, tipologías antropológicas y producción de la diferencia. in *Fronteras movedizas. Clasificaciones coloniales y dinámicas socioculturales en las fronteras americanas* (ed. Giudicelli, C.) (CEMCA, El Colegio de Michoacán/ Casa de Velázquez, 2010).
13. Waisman, L. Urban Music in the Wilderness: Ideology and Power in the Jesuit Reduccion, 1609-1767. in *Music and urban society in colonial Latin America* (eds. Baker, G. & Tess, K.) 208–229 (Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011).
14. Block, D. *Mission Culture on the Upper Amazon: Native Tradition, Jesuit Enterprise and Secular Policy in Moxos, 1660-1880*. (University of Nebraska Press, 1994).
15. Wilde, G. Frontier Missions in South America: Impositions, Adaptations and Appropriations. in *The Handbook of Borderlands of the Iberian World*. (eds. Radding, C. L. & Rojo, D.) 545–567 (New York: Oxford University Press, 2019).
16. Hemming, J. *Amazon Frontier. The Defeat of the Brazilian Indians*. (MacMillan, 1987).
17. Sommer, B. A. Conflict, Alliance, Mobility, and Place in the Evolution of Identity in Portuguese Amazonia. in *The Handbook of Borderlands of the Iberian World*. (eds. Rojo, D. A. L. & Radding, C.) 613–640 (Oxford University Press, 2019).